



Índice Ideográfico

A

Abuso de mercado / Posições curtas / Recompra de acções — pp. 5, 21, 26
Acesso ao financiamento das empresas — pp. 3, 8, 23–25, 28, 32, 34
Accionistas / Direitos dos accionistas / Activismo accionista — pp. 4, 5
Administração Pública / Modernização administrativa — pp. 10–13
Agentes de IA / IA agénica — pp. 4, 6, 7
AI Act / Digital Omnibus sobre IA — pp. 6, 21
AMALIA / Inteligência artificial portuguesa — p. 12
Arbitragem administrativa / Resolução alternativa de litígios — pp. 12, 13
ASF / Seguros e fundos de pensões — pp. 15, 28
Activos digitais / Tokenização / Criptoactivos — pp. 6, 24–26, 30
Autoridade Tributária / Informações vinculativas — p. 16
Autonomia estratégica / Soberania europeia — pp. 6–8, 12, 28

B

Banco Central Europeu / BCE — pp. 6, 9, 23–25
Banco de Portugal — pp. 14, 15
Benefícios fiscais / Incentivos ao investimento — pp. 10, 16, 32
Branqueamento de capitais / Financiamento do terrorismo — pp. 13, 14, 16

C

Capital de risco / Venture capital — pp. 8, 24, 31
Cibersegurança / Resiliência cibernética — pp. 4, 7, 26–28
Circularidade / Economia circular / Resíduos — pp. 12, 21, 23
CMVM — p. 13
Código dos Valores Mobiliários — p. 10
Comércio internacional / Cadeias de valor globais — pp. 7, 8, 15, 30–34
Competitividade europeia — pp. 3, 6–8, 23–25, 31–34
Compliance / Controlo interno / Gestão de riscos — pp. 4, 5, 26–28, 33
Conselhos de administração / Boards — pp. 4, 5
Consumidores / Protecção dos consumidores — pp. 14, 22, 32
Contas públicas / Finanças públicas — pp. 3, 11, 15, 29, 34
Corporate governance / Governo das sociedades — pp. 4, 5
Corporate reporting / Relato empresarial — pp. 4, 5, 21, 22, 26, 30
Crédito à habitação / Garantias públicas — p. 15
Crédito bancário / Financiamento das empresas — pp. 14, 15, 23, 24, 27, 28
CSRD / ESRS / Relato de sustentabilidade — pp. 4, 5, 21
Cultura empresarial / Cultura dos órgãos de administração — p. 4

D

Dados / Protecção de dados / Privacidade — pp. 4, 7, 23, 29, 30
Data centres / Infraestruturas digitais — pp. 6, 7, 21, 33
Descarbonização / Transição energética — pp. 8, 9, 12, 24, 27, 33, 34
Despedimento / Direitos laborais / Transferência de empresas — pp. 17, 20
Digitalização / Transformação digital — pp. 6, 7, 11, 12, 23, 30
Direitos dos accionistas / Participação accionista — pp. 4, 5
Distribuição de dividendos / Benefícios fiscais — p. 16
Dívida pública / Financiamento soberano — pp. 15, 24
DORA / Resiliência operacional digital — pp. 13, 25–27
Due diligence / Deveres de diligência empresarial — pp. 4, 5, 16

E

Economia portuguesa / Perspectivas macroeconómicas — pp. 3, 15, 29

Emprego / Mercado de trabalho — pp. 9, 19, 20, 23, 24, 29, 31
Energia / Preços da energia / Dependência energética — pp. 8, 11, 12, 24, 33, 34
ESAs / Autoridades europeias de supervisão — pp. 26, 27
ESG / Classificações ESG / Riscos ESG — pp. 4, 5, 21, 22, 27, 28
ESMA / Supervisão dos mercados de capitais — pp. 22, 25, 26
Estabilidade financeira — pp. 3, 4, 6, 14, 15, 23–28, 30, 31
Estatísticas económicas e financeiras — pp. 3, 11, 15, 24, 29, 31
Euro digital / Pagamentos digitais — pp. 24, 30, 32
European Issuers — p. 31
Execução de ordens / Melhor execução / MiFID II — p. 22
Execução fiscal / Regularização da situação tributária — p. 17

F

Financiamento colaborativo — p. 13
Financiamento das PME / Empreendedorismo — pp. 3, 8, 23, 24, 32
Financiamento não bancário / Securitização — pp. 23, 28
Finanças sustentáveis / Instrumentos sustentáveis — pp. 5, 21, 22, 27, 34
Fiscalidade das empresas / IRC / IVA / IRS — pp. 10, 11, 16, 17, 21, 32
Fundos de investimento / Gestão de activos — pp. 10, 13, 16, 21, 27, 30

G

Geoeconomia / Fragmentação geoeconómica — pp. 7, 8, 26, 28, 31–34
Geopolítica / Riscos geopolíticos — pp. 7, 8, 14, 26, 28, 33, 34
Gestão de riscos / Riscos empresariais — pp. 4, 5, 8, 26–28, 33
Governo das sociedades / Composição dos órgãos sociais — pp. 4, 5

I

Igualdade de género / Igualdade salarial — pp. 9, 29
IMF / FMI / Avaliação do sistema financeiro português — pp. 3, 6, 9, 14, 31
Inflação / Preços / Poder de compra — pp. 11, 12, 24, 29, 31, 33
Informação financeira / Deveres de informação / Divulgação — pp. 4, 5, 18, 21, 22, 25, 26
Infraestruturas críticas / Resiliência das infraestruturas — pp. 7, 8, 12, 23, 33
Inovação / Investigação e desenvolvimento — pp. 3, 6–8, 10, 12, 23, 32
Inteligência artificial / Adopção empresarial — pp. 4–7, 9, 12, 21, 26–28, 30–32
Intermediação financeira / Responsabilidade dos intermediários — pp. 13, 18, 22, 25, 26
Investimento / Investimento produtivo / Investimento estrangeiro — pp. 3, 6, 8, 10, 15, 23, 30, 32
Investidores / Protecção dos investidores — pp. 4, 5, 13, 18, 22, 25, 26
IOSCO / Supervisão internacional dos mercados — pp. 6, 25

J

Jurisprudência constitucional — p. 17
Jurisprudência da União Europeia / TJUE — p. 20
Jurisprudência fiscal — p. 17
Jurisprudência laboral — pp. 17, 19, 20
Jurisprudência sobre responsabilidade financeira — p. 18
Justiça administrativa / Simplificação processual — pp. 11–13

L

Legislação fiscal / Simplificação fiscal — pp. 10, 11, 16, 21, 32
Licenciamento profissional / Regulação das profissões — p. 9
Liquidação / Pós-negociação / T+1 — pp. 24, 26, 28, 29
Liquidez dos mercados / Estrutura dos mercados accionistas — pp. 8, 26, 28, 30
Literacia financeira / Comportamento dos investidores — pp. 13, 15

REGULATORY UPDATE

Outubro 2026



Lucros / Distribuição de dividendos / Capitalização — pp. 6, 12, 16

M

M&A / Fusões e aquisições — pp. 16, 32
MAR / Abuso de mercado / Transparência de mercado — pp. 5, 21, 26
Mercado de capitais português — pp. 8, 10, 13, 15, 35
Mercados accionistas europeus / Integração dos mercados — pp. 8, 25, 26, 28, 30–32
Mercados de capitais / Crescimento económico — pp. 8, 24–26, 28, 30, 32, 34
Mercados privados / Private equity — pp. 28, 30, 32
MiCA / MiCAR / Criptoactivos — pp. 25, 26
MiFID II / Execução de ordens / Transparência — pp. 22, 26
Modelos de negócio / Transformação organizacional — pp. 4, 6, 7, 9, 31
MREL / Capital bancário / Requisitos prudenciais — pp. 21–23, 26, 27

N

O

OE2027 / Orçamento do Estado para 2027 — pp. 3, 11
Omnibus / Simplificação regulatória europeia — pp. 5, 21, 25, 26
Orçamento europeu / Financiamento europeu — pp. 3, 8, 23
Órgãos de administração / Supervisão / Responsabilidade — pp. 4, 5

P

Pagamentos / Sistemas de pagamento / TARGET — pp. 14, 24, 30, 32
Pilar 3 / Divulgação prudencial — p. 27
PME / Financiamento / Crescimento empresarial — pp. 3, 7, 8, 23, 24, 32
Política industrial europeia / Industrial Accelerator Act — pp. 3, 8, 30–33
Política monetária / Transmissão monetária — pp. 23, 24
Poupança / Investimento das famílias — pp. 14, 15, 24, 29
Prevenção do branqueamento de capitais / PBCFT — pp. 13, 14, 16
Private equity / Mercados privados — pp. 28, 30, 32
Produtividade / Crescimento económico — pp. 6–9, 23, 31, 32
Prospectos / Regime europeu do prospecto — pp. 21, 22, 25
Protecção dos investidores / Deveres dos intermediários — pp. 5, 13, 18, 22, 25
Protecção de dados / Privacidade — pp. 4, 7, 23, 29, 30

Q

R

Recursos humanos / Competências / Futuro do trabalho — pp. 7, 9, 19, 20, 23, 29, 31
Regime fiscal do investimento / SIFIDE II — p. 10
Registo de Transparência da Representação de Interesses — pp. 10, 15
Relato financeiro / IFRS / Divulgação financeira — pp. 4, 21, 22, 26, 30, 34
Relato de sustentabilidade / ESRS / Normas voluntárias — pp. 4, 5, 21
Reporte regulatório / Simplificação do reporte — pp. 21, 22, 25–27
Representação legítima de interesses / Transparência — pp. 10, 15
Resiliência operacional / DORA / Riscos tecnológicos — pp. 13, 25–28, 33
Responsabilidade dos administradores / Deveres fiduciários — pp. 4, 5
Responsabilidade dos intermediários financeiros — p. 18
Risco bancário / Risco de crédito / Risco operacional — pp. 14, 21–23, 26, 27
Risco climático / Resiliência climática — pp. 4, 9, 24, 27, 28, 33

Risco sistémico / Estabilidade financeira — pp. 4, 6, 26–28
Riscos da inteligência artificial / Governação da IA — pp. 4–7, 26–28, 33

S

Sanções / Contraordenações / Regime sancionatório — pp. 10, 11, 13, 21, 22
Savings and Investments Union / SIU — p. 28
Sector bancário / Supervisão prudencial — pp. 14, 15, 21–24, 26–28, 30, 31
Sector segurador / Fundos de pensões — pp. 15, 28, 31
Segurança económica / Segurança energética — pp. 3, 8, 12, 23, 33
Securitização / Financiamento não bancário — pp. 23, 28
SIFIDE II / Incentivos fiscais à I&D — p. 10
Simplificação administrativa / Justiça administrativa — pp. 11–13
Simplificação regulatória / Redução de encargos — pp. 5, 21, 25–27
Sistema financeiro português / Estabilidade financeira — pp. 3, 14, 15
Soberania digital / Infraestruturas de IA — pp. 6–8, 12, 28
Stablecoins / Depósitos tokenizados — pp. 24, 30
Startups / Scaleups / Financiamento empresarial — pp. 7, 23, 24, 30, 31
Supervisão financeira / Convergência supervisora — pp. 13–15, 22, 25–28, 30
Sustentabilidade empresarial / Finanças sustentáveis — pp. 4, 5, 8, 9, 12, 21, 22, 27, 33, 34

T

T+1 / Liquidação de valores mobiliários — p. 26
Tecnologia / Transformação digital / IA — pp. 4–7, 9, 12, 21, 23–26, 30–34
Tokenização / Euro digital / Infraestruturas financeiras — pp. 24, 25, 30, 32
Trabalho / Competências / Transformação das funções empresariais — pp. 7, 9, 17, 19, 20, 23, 29
Transição energética / Electrificação / Energias renováveis — pp. 8, 9, 12, 17, 24, 33, 34
Transparência / Divulgação de informação / Mercados financeiros — pp. 4, 5, 10, 15, 18, 21, 22, 25, 26
Tributação / Fiscalidade / Política fiscal — pp. 10, 11, 16, 17, 21, 29, 30, 32, 34

U

União Bancária / Integração financeira europeia — pp. 24, 26, 31
União dos Mercados de Capitais / Integração dos mercados europeus — pp. 8, 25, 26, 28, 30–32

V

Venture capital / Capital de risco / Financiamento de empresas emergentes — pp. 8, 24, 31

W

Women on Boards / Composição dos órgãos de administração — pp. 4, 5
Workforce / Futuro do trabalho / Competências profissionais — pp. 7, 9, 19, 20, 23, 29, 31

X



FOCUS ON...

PORTUGAL

XXV GOVERNO - OE 2027: um Portugal mais preparado, com mais rendimento e investimento - [DOC](#)

XXV GOVERNO - Orçamento do Estado 2027 - [DOC](#)

XXV GOVERNO - Orçamento do Estado 2027 - Relatório - [DOC](#)

XXV GOVERNO - Fitch sobe rating de Portugal de A para A+ - [DOC](#)

XXV GOVERNO - PT2030. Mais de 850 milhões de euros para 85 concursos até dezembro - [DOC](#)

XXV GOVERNO - Defesa assina acordo estratégico com a Bélgica para instalação de fábrica de munições em Portugal - [DOC](#)

EC - Commission selects 46 new Strategic Projects to bolster the EU's supply of critical raw materials - [DOC](#)

EUROSTAT - Euro indicators dashboard - [DOC](#)

AICEP - Revista Portugalglobal - [DOC](#)

AICEP - Anuário Estatístico de Portugal - [DOC](#)

CFP - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2026-2030 (atualização) - [DOC](#)

CFP - Previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2027 - [DOC](#)

EDA - Major European land and air defence experimentation campaign begins in Portugal - [DOC](#)

EO - Síntese da Execução Orçamental Mensal - Agosto 2026 - [DOC](#)

EO - Síntese da Execução Orçamental Mensal - Julho 2026 - [DOC](#)

EURONEWS - Marco Rubio calls Portugal 'ideal gateway' to Europe for US during Lisbon visit - [DOC](#)

IMF - Portugal: Financial Sector Assessment Program-Technical Note on Systemic Risk Analysis - [DOC](#)

OECD - Financing SMEs and Entrepreneurs 2026: Portugal - [DOC](#)

PUB AFFAIRS BRUXELLES - MEPs debate the EU's future with the Prime Minister of Portugal, Luís Montenegro - [DOC](#)

UTAO - Relatório UTAO n.º 14/2026 - Evolução Orçamental: janeiro a julho de 2026 - [DOC](#)

UTAO - Relatório UTAO n.º 14/2026 - Evolução Orçamental: janeiro a julho de 2026 (Infografia) - [DOC](#)



FOCUS ON...

GOVERNO DAS SOCIEDADES

ACCOUNTANCY EUROPE - The AI reality check: 5 insights from company directors - [DOC](#)

BAIN - You're Asking the Wrong Questions about Climate Resilience - [DOC](#)

BALLARD SPAHR LLP - The "Confidence Advantage": Why Privacy, Cybersecurity and AI Governance Are Becoming Business Imperatives - [DOC](#)

BCG - How to Speed Up AI Risk Management in 2026 - [DOC](#)

BCG - AGI Timeline 2026: What CEOs Need to Know - [DOC](#)

BCG - How CFOs Will Shift From Reporting to Value by 2030 - [DOC](#)

BOARD AGENDA - Non-executive pay rises fastest in Europe - [DOC](#)

CBM - As Board AI Use Rises, Rules And Oversight Remain Scarce - [DOC](#)

CHAMBERS AND PARTNERS - Shareholders' Rights & Shareholder Activism 2026 - Germany | Global Practice Guides - [DOC](#)

CORNELL - 'Let me explain': Corporate disclosures can take a circuitous route - [DOC](#)

DELOITTE - Audit Committee Practices Report - [DOC](#)

DELOITTE - Building a stronger CEO-board relationship - [DOC](#)

ECGI - ECGI Blog Review Issue n.º 7 - October - [DOC](#)

ECGI - The Impact of Sustainability Reporting on Directors' ESG Duties: The Disclosure-Duty Feedback Loop - [DOC](#)

FRC - Annual Review of Corporate Reporting - [DOC](#)

HARVARD LAW SCHOOL - Governing AI: Corporate Oversight and Shareholder Engagement - [DOC](#)

HARVARD LAW SCHOOL - Shareholder Proposals as an Early Warning System for Corporate Risk, and the Cost of Ignoring Them - [DOC](#)

HEIDRICK & STRUGGLES - Board Monitor Europe 2026: Building a culture ready for renewal | Insights - [DOC](#)

IESE - How boards should govern artificial intelligence - [DOC](#)

IESE - Engaging with shareholders helps mitigate the impact of a crisis - [DOC](#)

INSEAD KNOWLEDGE - What Your Board Needs to Know About Its Own Role - [DOC](#)

KNOWLEDGE AT WHARTON - How AI Planning Could Create Financial Market Fragility - [DOC](#)

KPMG - Midyear observations on the 2026 board agenda - [DOC](#)

LSE - How much should you authorise your AI agent to do? - [DOC](#)

LSE - Don't let your AI dashboard drive your corporate strategy - [DOC](#)

MCKINSEY - AI operating system: A new model for CEOs - [DOC](#)



FOCUS ON...

MITRATECH - Audit the AI Decision Before Your Board Sees It - [DOC](#)

OECD - Flexibility and investor protection in share class structures - [DOC](#)

OECD - Why board composition matters for good governance and lasting value - [DOC](#)

OXFORD LAW - When a Rival's ESG Scandal Improves Corporate Investment - [DOC](#)

OXFORD LAW - The Omnibus I Directive and the EU Sustainable Finance Trilemma - [DOC](#)

OXFORD LAW - From 'Who Is Short?' to 'How Much Is Short?': The UK's Recalibration of Short-Selling Transparency - [DOC](#)

SCIRP - Artificial Intelligence Adoption and Corporate Financial Decision-Making: The Roles of Financial Analytics Capability, Organizational Agility, and Corporate Governance - [DOC](#)

SPENCER STUART - 2026 Spain Spencer Stuart Board Index - [DOC](#)

WORD ECONOMIC FORUM - How AI could raise the standard of corporate governance - [DOC](#)



FOCUS ON...

TRANSIÇÃO DIGITAL (*a.i., cybersecurity, data, govtech*)

EUROPEAN COMMISSION - Preparatory study for possible new energy label for computers - [DOC](#)

ECB - A new age of capital: growth, sovereignty and AI - [DOC](#)

ECB - The AI boom: rational enthusiasm or the next dot-com bubble? - [DOC](#)

ECB - Occasional Paper Series n.º 395: Adoption and investment in AI across the euro area - [DOC](#)

ECB - Funding the AI revolution: evidence from euro area sectors - [DOC](#)

EUROSTAT - Digitalisation in Europe – 2026 edition - Interactive publications - [DOC](#)

BAIN - AI Will Shift \$4.7 Trillion in Profits. What's Your Stake? - [DOC](#)

BAIN - New Innovation Is Required to Fund AI's \$6 Trillion Buildout - [DOC](#)

BCG - How Midmarket Firms Can Get Value from AI in 2026 - [DOC](#)

BCG - Five Quantum Computing Hardware Types Compared in 2026 - [DOC](#)

BCG - THE APPLIED AI INDEX 2026 - The Formula for Agentic AI Value - [DOC](#)

BCG - Token Cost Management: Three Pillars to Take Control of Token Cost - [DOC](#)

BIS - Working Papers No 1367: The AI investment race - [DOC](#)

BIS - Artificial intelligence, growth and financial stability: challenges for central banks - [DOC](#)

BNP PARIBAS - AI: A sustainability risk and opportunity for long-term investors - [DOC](#)

BRUEGEL - How can Europe address its pressing AI compute infrastructure shortfall? - [DOC](#)

CITIGROUP - Midyear 2026 Outlook: Resilience, AI, and Evolving Market Dynamics - [DOC](#)

CYBERNETIC FORESTS - Models Don't Go Rogue - [DOC](#)

DARIO AMODEI - We Must Pace the Frontier - [DOC](#)

IMF - Aggregate Gains from AI and Their Distribution: Global Evidence from Usage Data - [DOC](#)

IMF - AI and Productivity in Europe in: IMF Working Papers Volume 2025 Issue 067 (2025) - [DOC](#)

IOSCO - Supervisory Toolkit for AI Use in Capital Markets - [DOC](#)

KNOWLEDGE AT WHARTON - 2026 AI Adoption Report - [DOC](#)

KNOWLEDGE AT WHARTON - How AI Planning Could Create Financial Market Fragility - [DOC](#)

KPMG - Global AI Pulse Q3 2026 - [DOC](#)

KPMG - Ignite the Future of AI: Transforming Industry through AI Integration and Best Practices - [DOC](#)



FOCUS ON...

KPMG - Beyond digital infrastructure: Artificial Intelligence (AI) as the intelligence layer of India's financial ecosystem - [DOC](#)

LONDON BUSINESS SCHOOL - Solving Europe's AI adoption puzzle - [DOC](#)

LSE - AI is a dangerous risk we should take - [DOC](#)

MCKINSEY - Geopolitics and the geometry of global trade: September 2026 update - [DOC](#)

MCKINSEY - The State of AI: Global Survey 2026 - [DOC](#)

MCKINSEY - Europe's emerging AI application layer opportunity - [DOC](#)

MCKINSEY - The new management playbook for AI: Scaling value - [DOC](#)

MCKINSEY - The AI economy: Interconnected forces and feedback loops - [DOC](#)

MCKINSEY - How Frontier AI is compressing cybersecurity response times - [DOC](#)

MCKINSEY - Stacking the odds: A blueprint for successfully scaling agentic AI - [DOC](#)

OECD - Competition in the age of AI - [DOC](#)

OECD - A potential boost from AI in ageing societies. Early insights - [DOC](#)

OLIVER WYMAN - Building resilient AI data centres for long-term value - [DOC](#)

PWC - Financial services AI workforce gap - [DOC](#)

PWC - Global investment in AI infrastructure to hit US\$31.6 trillion through 2050 - [DOC](#)

PWC - Three-quarters of AI's economic gains are being captured by just 20% of companies – with the leading companies focused on growth, not just productivity - [DOC](#)

THE ATLANTIC - The Scariest Part of OpenAI's Hugging Face Hack - [DOC](#)

TOM'S GUIDE - OpenAI's head of ethics just quit — here's why ChatGPT users should pay attention - [DOC](#)

TOM'S GUIDE - OpenAI paid contractors to read ChatGPT conversations — here's how to protect yourself - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM - The Role of Start-Ups in AI-Enabled Supply Chain Resilience - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM - Critical infrastructure is racing to adopt AI. Why visibility must come first - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM - Artificial Intelligence and the Future of Entry-Level Work: A Framework for Safeguarding and Reinventing Early Career Pathways - [DOC](#)



FOCUS ON...

GEOECONOMIA E GEOPOLÍTICA

BCG - Global Power Index: How Leaders Should Adapt - [DOC](#)

BRUEGEL - Competitiveness and opportunities for European clean tech - [DOC](#)

BRUEGEL - The EU-China trade and investment understanding: a welcome buying of time - [DOC](#)

BRUEGEL - An assessment of the 2028-2034 EU budget's contribution to closing Europe's investment gap - [DOC](#)

CARNEGIE ENDOWMENT - What Canada Knows About American Power - [DOC](#)

CARNEGIE ENDOWMENT - Can Nuclear Fuel Be Delivered in Time to Power Advanced Nuclear Reactors? - [DOC](#)

CER - How to revive Europe's stock market listings - [DOC](#)

CER - Resist, constrain and change: A European strategy for relations with Russia - [DOC](#)

CHATHAM HOUSE - New energy and trade routes could bypass Hormuz and change the Middle East - [DOC](#)

CITIGROUP - Global Resilience: Many Storm Clouds, but Still Little Rain - [DOC](#)

DELOITTE - US economic forecast - [DOC](#)

DELOITTE - German growth set to accelerate - [DOC](#)

ECA - The EU's energy independence plan needs a boost - [DOC](#)

ECA - EU goal of achieving defence readiness by 2030 is challenging - [DOC](#)

ECA - From research to market success: is Europe's industrial horizon broad enough? - [DOC](#)

ECFR - Little Venice, little Sparta: The UAE's statecraft meets the war on Iran - [DOC](#)

EP - International dimension of the proposed Industrial Accelerator Act - [DOC](#)

ERA - The EU's energy independence plan needs a boost - [DOC](#)

FARSIGHT - The Trend Revolution - [DOC](#)

FTI CONSULTING - Geopolitical Spillover Risks You Don't See Coming - [DOC](#)

MCKINSEY - How companies navigate geopolitical volatility - [DOC](#)

MCKINSEY - Geopolitics and the geometry of global trade: September 2026 update - [DOC](#)

OECD - Global value chains: Why international production is evolving, not fragmenting - [DOC](#)

PIIE - Estimating Industrial Policy Subsidies in China - [DOC](#)

REUTERS - How European stocks can weather higher energy prices - [DOC](#)

SOCIAL EUROPE - Measuring the Right Things Reveals a Stronger Europe - [DOC](#)

WORLD BANK - The global economy has been resilient — so far - [DOC](#)



FOCUS ON...

RECURSOS HUMANOS

EUROPEAN COMMISSION - New study maps the jobs driving Europe's green transition - [DOC](#)

ECB - CB wage tracker at 2.7% in Q1 2027, indicating stable negotiated wage pressures - [DOC](#)

EUROSTAT - Accidents at work claimed 3 367 lives in the EU in 2024 - [DOC](#)

BAIN - AI Transformation: The Fears Are New. The Answer Isn't. - [DOC](#)

BCG - How Midmarket Firms Can Get Value from AI in 2026 - [DOC](#)

BCG - How Companies Use AI to Redesign How Work Gets Done - [DOC](#)

DELOITTE - British workers spend nearly £1bn of their own money on GenAI for work, landmark Deloitte research finds - [DOC](#)

IMF - Aggregate Gains from AI and Their Distribution: Global Evidence from Usage Data - [DOC](#)

KELLOGG - Is This a Job for a Human or AI? - [DOC](#)

KNOWLEDGE AT WHARTON - Why Remote Work Isn't Working - [DOC](#)

MCKINSEY - AI job losses fall short of forecasts - [DOC](#)

MCKINSEY - How AI can reduce the coordination tax - [DOC](#)

PROMARKET - Occupational Licensing Is Everywhere: Regulating Jobs Across Nations - [DOC](#)

PWC - Global Workforce Hopes and Fears Survey 2026 - [DOC](#)

PWC - Companies risk losing their most AI-savvy employees while leaving majority behind - [DOC](#)

PWC - AI reshapes global labour market into two distinct paths, rewarding human skills: PwC 2026 Global AI Jobs Barometer - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM - Global Gender Gap Report 2026 - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM - New Economy Skills: Skills for the Maker Economy - [DOC](#)

WORD ECONOMIC FORUM - Here's what twenty years of data on gender parity reveals - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM - Workforce Heat Resilience: An Actionable Framework to Close the Execution Gap - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 37-A/2026, de 28 de Julho

Estabelece a orgânica do Registo de Transparência da Representação de Interesses e altera a Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro - [DOC](#)

Lei n.º 36/2026, de 27 de Julho

Autoriza o Governo a criar a prestação social única no âmbito do subsistema de solidariedade da segurança social - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 171/2026, de 26 de Agosto

Altera o Código dos Valores Mobiliários - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 170/2026, de 21 de Agosto

No uso da autorização concedida pela [Lei n.º 13/2026](#), de 16 de abril, altera o Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento. - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 166/2026, de 13 de Agosto

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 36/2026, de 27 de julho, cria a prestação social única no âmbito do subsistema de solidariedade - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2026, de 16 de Setembro

Autoriza a República Portuguesa a participar no aumento geral de capital exigível do Banco Africano de Desenvolvimento - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2026, de 12 de Agosto

Regulamenta a Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro, relativamente às regras de transparência aplicáveis a entidades que realizam representação legítima de interesses junto do Governo e dos respetivos gabinete - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2026, de 06 de Agosto

Seleciona a proposta vencedora para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Caixa Geral — Brasil, S. A. - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 35/2026/1, de 15 de Setembro

Retifica o Decreto-Lei n.º 171/2026, de 26 de agosto, que altera o Código dos Valores Mobiliários. - [DOC](#)

Portaria n.º 394/2026/1, de 27 de Agosto

Estabelece as normas de execução do Decreto-Lei n.º 166/2026, de 13 de agosto, que institui a prestação social única - [DOC](#)

Portaria n.º 306/2026/1, de 22 de Julho

Procede à oitava alteração da Portaria n.º 182/2018, de 22 de junho, que regula as condições de trabalho dos trabalhadores administrativos não abrangidos por regulamentação coletiva específica - [DOC](#)

Aviso n.º 21556/2026/2, de 01 de Setembro

Aprova o projeto do Regulamento relativo ao nomadismo - [DOC](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

DECRETOS DA ASSEMBLEIA

Decreto da Assembleia 81/XVII

Transpõe a Diretiva (UE) 2024/1260, relativa à recuperação e perda de bens, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, a Lei n.º 45/2011, de 24 de junho, a Lei da Organização do Sistema Judiciário e o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 79/XVII

Altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais - [DOC](#)

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 108/XVII/2 [Governo], de 21 de Setembro

Autoriza o Governo a alterar o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, procedendo à redução das taxas gerais aplicáveis aos primeiros seis escalões de rendimento coletável - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Carteira Digital da Empresa passa a incluir resumo da situação fiscal - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 8 de Outubro - [DOC](#)

ponto 1. Aprovou a Proposta de Lei do Orçamento do Estado de 2027;

Comunicado do Conselho de Ministros, de 24 de Setembro - [DOC](#)

ponto 6. No âmbito da reforma da Administração Pública, aprovou um Decreto-Lei que centraliza no INE a produção e difusão das estatísticas oficiais em áreas como a educação, ciência, emprego, energia e pescas. Esta reorganização visa ultrapassar a atual dispersão de competências por vários organismos da Administração Pública ao mesmo tempo que são reforçadas a qualidade e a coerência da informação estatística utilizada na definição e avaliação das políticas públicas;

Comunicado do Conselho de Ministros, de 17 de Setembro - [DOC](#)

ponto 1. Aprovou uma Proposta de Lei que autoriza o Governo a reduzir as taxas de IRS até ao sexto escalão de rendimento coletável, reforçando o rendimento disponível das famílias portuguesas. A medida aplica-se já aos rendimentos obtidos em 2026 e beneficia quase 3 milhões de famílias;

ponto 2. Aprovou um Decreto-Lei que atribui um suplemento extraordinário de pensão aos pensionistas com menores rendimentos, reforçando o seu poder de compra num contexto de aumento do custo de vida. O apoio, que varia entre 100, 150 e 200 euros, é pago de forma automática e única em dezembro deste ano aos pensionistas com pensões até 1611,39 euros;

ponto 3. Aprovou uma Proposta de Lei que prorroga até 31 de dezembro de 2026 o regime temporário de redução do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) aplicáveis à gasolina e ao gasóleo. Com esta medida, o Governo assegura a continuidade do mecanismo temporário e excecional criado para mitigar o impacto do aumento extraordinário dos preços dos combustíveis, e que garante que o Estado não beneficia com o agravamento dos preços;

ponto 4. Aprovou um Decreto-Lei que estabelece os apoios extraordinários destinados a responder ao aumento dos custos dos combustíveis, protegendo setores essenciais à mobilidade, à proteção civil e à resposta social. A medida assegura a continuidade dos apoios a setores como os dos transportes, táxis, bombeiros e instituições sociais, contribuindo para a manutenção de serviços fundamentais para a mitigação do efeito do aumento dos preços;

Comunicado do Conselho de Ministros, de 4 de Setembro - [DOC](#)



ponto 1. Aprovou uma Resolução do Conselho de Ministros que determina o início da fase de negociação com a Air France-KLM e a Lufthansa, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, com vista à apresentação de propostas finais e melhoradas para a aquisição de até 44,9% do capital da companhia, assegurando as condições necessárias para a escolha do investidor e a conclusão das etapas finais da operação;

ponto 2. Aprovou uma Resolução do Conselho de Ministros que cria a Estratégia TERRA+ 2026-2030, um plano para modernizar a gestão de resíduos em Portugal e responder à pressão sobre os aterros. A estratégia aposta na prevenção e no reforço da recolha seletiva e da reciclagem, na construção e modernização de infraestruturas, no tratamento de biorresíduos e na valorização dos resíduos para reduzir a quantidade de lixo enviada para aterro. Para concretizar estes objetivos, prevê-se um investimento de cerca de 2,3 mil milhões de euros, mobilizando Estado, autarquias e entidades do setor para garantir que Portugal cumpre as metas ambientais europeias e avança para uma economia mais circular e sustentável em todo o território;

ponto 7. Aprovou uma Resolução do Conselho de Ministros que dá continuidade ao desenvolvimento do AMALIA (Assistente Multimodal Automático de Linguagem com Inteligência Artificial), uma solução de inteligência artificial desenvolvida em Portugal e treinada em português europeu. Esta nova fase permitirá expandir as funcionalidades de texto, voz e imagem e desenvolver ferramentas que facilitem a sua utilização em serviços públicos. O projeto procura ainda reforçar a autonomia tecnológica nacional e valorizar a língua portuguesa e o património cultural no desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial. O investimento previsto é de 1,8 milhões de euros, financiado pelo PRR;

Comunicado do Conselho de Ministros, de 6 de Agosto - [DOC](#)

ponto 2. Aprovou uma Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade em Alta Tensão e Média Tensão (PDIRD-E 2026-2030), com um investimento total previsto de 1,58 mil milhões de euros. O plano reforça a resiliência e a modernização da rede elétrica nacional, preparando-a para responder aos desafios da transição energética, da crescente eletrificação da economia e da integração de energias renováveis. Os investimentos previstos permitem aumentar a capacidade da rede, reduzir estrangulamentos à ligação de novos projetos de produção, consumo e armazenamento de energia, reforçar a segurança e a qualidade do abastecimento elétrico e acelerar a execução dos investimentos associados ao Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR);

Comunicado do Conselho de Ministros, de 30 de Julho - [DOC](#)

ponto 9. Aprovou uma Proposta de Lei que cria a Contribuição de Solidariedade Temporária sobre o Setor Petrolífero (CSTSP), de carácter excecional, incidindo sobre os lucros excedentários das empresas de extração e refinação de petróleo obtidos em 2026. A medida prevê uma taxa sobre a parcela de lucros que exceda a média dos resultados dos dois anos anteriores. A respetiva receita é destinada ao apoio a famílias e setores mais afetados pelo aumento dos preços dos combustíveis e ao financiamento em investimentos em eficiência energética e descarbonização da economia, de forma a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis;

Comunicado do Conselho de Ministros, de 23 de Julho - [DOC](#)

ponto 2. Aprovou uma proposta de lei que autoriza o Governo a criar um procedimento administrativo de atribuição de indemnizações por responsabilidade civil extracontratual do Estado, estabelecendo uma via mais simples, célere e acessível para a reparação de danos causados por atos ou omissões da Administração Pública. Através deste novo mecanismo, os cidadãos poderão apresentar diretamente pedidos de indemnização pelos prejuízos sofridos junto da entidade responsável, permitindo uma apreciação administrativa dos casos e favorecendo soluções consensuais, sem necessidade imediata de recurso aos tribunais;

ponto 3. Aprovou uma Proposta de Lei que cria um regime de tramitação simplificada para ações administrativas de valor igual ou inferior a 15 mil euros, com o objetivo de tornar a justiça administrativa mais célere, simples e eficiente. O novo regime reduz prazos e formalidades processuais, introduz formulários eletrónicos padronizados, privilegia o recurso a meios tecnológicos, reforça a oralidade, limita o número de testemunhas e elimina a intervenção do Ministério Público nestes processos. Prevê ainda um objetivo de duração máxima de 18 meses na primeira instância e incentiva a resolução antecipada dos litígios, contribuindo para reduzir as pendências e reforçar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais. A iniciativa autoriza igualmente o Governo a rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), reforçando os poderes de gestão processual dos juizes, promovendo uma maior adaptação da tramitação às especificidades de cada processo,



incentivando soluções consensuais para a resolução de litígios e intensificando os deveres de colaboração da Administração Pública com os tribunais;

ponto 4. Aprovou uma Proposta de Lei que autoriza o Governo a regular a resolução institucionalizada de litígios emergentes de relações jurídicas administrativas, criando um enquadramento uniforme para os centros de arbitragem administrativa. A iniciativa visa reforçar a eficiência e a qualidade dos mecanismos de resolução alternativa de litígios em matéria administrativa, assegurando regras de funcionamento, supervisão e tramitação processual e a vinculação automática dos serviços e entidades da Administração Pública direta e indireta aos centros de arbitragem previamente autorizados;

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública n.º 2/2026, de 15 de Setembro - Projeto de Regulamento da CMVM sobre o envio de informação à CMVM relativa à resiliência operacional digital - [DOC](#) [*Decorre até 28 de Outubro de 2026*]

RELATÓRIOS, CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Principais Deliberações do Conselho de Administração da CMVM - 30 de Setembro e 1 de Outubro - 21 e 24 de Setembro - 15 e 17 de Setembro - 8 e 10 de Setembro

Carta Circular n.º CC/006/2026 - Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - [DOC](#)

CMVM publica Relatório Estatístico sobre Reclamações dos Investidores – 1.º semestre de 2026 - [DOC](#)

Inquérito da CMVM à população universitária analisa grau de aversão e tolerância ao risco e à perda - [DOC](#)

Parecer genérico relativo aos deveres de PBCFT dos prestadores de serviços de financiamento colaborativo - [DOC](#)

Deliberação da CMVM sobre a exclusão voluntária de negociação das ações da VAA do mercado regulamentado Euronext Lisbon - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **intermediação financeira** - 2.º Trimestre de 2026 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **contraordenações** - 2.º Trimestre de 2026 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **gestão de ativos** - 2.º Trimestre de 2026 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Julho - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Julho - [DOC](#)



BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 8/2026, de 26 de Agosto - Revoga a Instrução n.º 7/2019 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 7/2026, de 26 de Agosto - Revoga a Instrução n.º 28/2018 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 6/2026, de 17 de Agosto - Altera a Instrução n.º 16/2022, que regulamenta o funcionamento do sistema componente nacional do TARGET (TARGET-PT) - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2026/00000023, de 15 de Setembro - Divulga as Orientações EBA/GL/2026/05, que procedem à revisão das Orientações relativas à aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07), na sequência da atualização do mandato previsto no artigo 178.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, na redação conferida pelo CRR3 - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2026/00000022, de 26 de Agosto - Clarifica a aplicabilidade das secções 5 e 8 das Orientações EBA/GL/2017/15, sobre o conceito de clientes ligados entre si, bem como do Regulamento Delegado (UE) 2024/1728, às entidades identificadas no artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014. Substitui a Carta Circular n.º CC/2023/00000017 - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2026/00000021, de 17 de Agosto - Informa, na sequência da divulgação de comunicados do GAFI (reunião plenária de junho de 2026), sobre a adoção de contramedidas proporcionais ao risco muito elevado de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, relativamente à República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e à República Islâmica do Irão. Salienta ainda a manutenção da suspensão do estatuto de membro da Federação da Rússia - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Cadernos Jurídicos n.º 13 | 2026 - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 9/2026 - Setembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2026 - Agosto - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2026: Suplemento - Agosto - [DOC](#)

24.º Edição – **Newsletter TARGET-PT** - [DOC](#)

Spillovers - Julho - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Intervenção de abertura do Governador Álvaro Santos Pereira na Conferência "Main Findings of Portugal's Financial Sector Assessment Program" (Apenas em inglês) - [DOC](#)

Intervenção de encerramento da Vice-Governadora Clara Raposo na Conferência "Main Findings of Portugal's Financial Sector Assessment Program" (apenas em inglês) - [DOC](#)

Intervenção do Administrador Rui Pinto na Conferência "Main Findings of Portugal's Financial Sector Assessment Program" (apenas em inglês) - [DOC](#)

Como mudou a situação financeira das famílias em Portugal? Um retrato dos últimos 20 anos - [DOC](#)

Taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 4.º trimestre de 2026 - [DOC](#)

Guia Prático sobre a Publicidade Difundida pelas Instituições Financeiras nos Mercados Bancários de Retalho - [DOC](#)



Banco de Portugal divulga informação sobre o regime da garantia do Estado em contratos de crédito à habitação - [DOC](#)

Supervisores financeiros assinam protocolo de cooperação na gestão de crises e substituem protocolos bilaterais - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Procedimento de défices excessivos — 2.ª notificação de 2026 - [DOC](#)

Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - Julho - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Julho - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Junho - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Julho - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Junho - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Julho - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Julho - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Junho - [DOC](#)

Investimento direto: Junho - [DOC](#)

Emissões de títulos: Agosto - [DOC](#)

Emissões de títulos: Julho - [DOC](#)

Dívida pública: Julho - [DOC](#)

Dívida pública: Junho - [DOC](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Painel de Riscos do Setor dos Fundos de Pensões da ASF – Julho de 2026 - [DOC](#)

Relatório trimestral de Evolução da Atividade Seguradora - 2.º trimestre de 2026 - [DOC](#)

Relatório trimestral de Evolução da Atividade dos Fundos de Pensões - 2.º trimestre de 2026 - [DOC](#)

Publicação da Atualidade Regulatória relativa aos meses de julho e agosto de 2026 - [DOC](#)

Publicação do Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões 2025 - [DOC](#)

Literacia Financeira - Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado 2025 - [DOC](#)

ASF implementa regras de transparência na representação legítima de interesses - [DOC](#)

Relatório da ASF conclui que setor segurador respondeu de forma globalmente robusta e identifica medidas para reforçar a proteção do país - [DOC](#)



AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Informação Vinculativa n.º 30082/2026 - Fundos de investimento - Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 30780/2026 - Desenvolvimento e exploração de plataforma digital para serviços de intermediação, prestados por outros profissionais a clientes finais - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 29713/2026 - ICE - Distribuição de dividendos por sociedade participada cujos resultados haviam sido reconhecidos em períodos de tributação anteriores - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 29297/2026 - ICE- Cálculo do benefício fiscal quando é deliberada a distribuição parcial dos lucros - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 28676/2026 - Enquadramento, em sede de IVA, de serviços de consultadoria em processos de negociação de venda de participações sociais - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 27875/2026 - ICE - Restituição de prestações suplementares aos sócios - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 27160/2026 - Incentivo Fiscal à aquisição de participações sociais de startup. Ganhos derivados de planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente, sobre valores mobiliários ou direitos equiparados - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 26123/2026 - Aplicação do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA a Agrupamento Complementar de Empresas sujeito ao regime de transparência fiscal - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 25120/2026 - Procedimentos de retificação das faturas e regularização do imposto - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 25119/2026 - Alterações à declaração periódica do IVA introduzidas pela Portaria n.º 298/2026/1, de 16/07-Alterações com efeitos a partir de 1 de julho de 2026 - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 16127/2026 - Taxas médias de câmbio, para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar de 1 a 31 de outubro de 2026 - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional, de 24 de Setembro

I. Julgar inconstitucional, por violação do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 165.º e no n.º 2 do artigo 103.º da Constituição, a norma extraída dos n.ºs 3 e 4 do artigo 38.º e do n.º 2 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em conjugação com o artigo 1.º da Portaria n.º 11/2017 e respetivo Anexo, segundo a qual os Parques Eólicos têm de ser avaliados de acordo com o método do custo adicionado do valor do terreno; e, em consequência,

II. Negar provimento ao presente recurso. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 21 de Setembro

I. Constitui justa causa de despedimento a falta injustificada ao serviço durante dois períodos distintos, o primeiro de oito dias consecutivos e o segundo de seis dias consecutivos, tendo o primeiro ocorrido com a invocação, à revelia da empregadora, de que o trabalhador entraria em férias, nada resultando da matéria de facto provada que afaste ou atenua a culpa do trabalhador.

II. Considerando-se falta a ausência do trabalhador durante o período normal de trabalho diário, nos termos do n.º 1 do artigo 248.º do CT, a ausência durante o período de trabalho diário contratualmente fixado em 3h30m constitui uma falta injustificada.

III. Apenas quando a ausência do trabalhador seja por períodos inferiores ao período normal de trabalho diário é que os respetivos tempos de ausência são adicionados para determinação da falta, nos termos do n.º 2 do referido artigo.

III. Ao trabalhador administrativo, cujo empregador se dedica a artes visuais/cultura, é aplicável, na falta de outro IRCT, a Portaria de Condições de Trabalho para Trabalhadores Administrativos. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Administrativo, de 30 de Setembro

I. Perante atos tributários de liquidação por retenção na fonte a título definitivo feitos pelo substituto, que violem o Direito da União Europeia, esse vício não pode ser considerado um «erro imputável aos serviços», nos termos do artigo 78.º, n.º 1, da LGT, para efeitos de determinação do prazo para solicitar a revisão oficiosa desses atos. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Administrativo, de 23 de Julho

I. Uniformizando-se jurisprudência nos seguintes termos: O direito a juros indemnizatórios previsto no n.º 1 do artigo 43.º da Lei Geral Tributária pressupõe que no processo se determine que na liquidação «houve erro imputável aos serviços», entendido este como o «erro sobre os pressupostos de facto ou de direito imputável à Administração Fiscal», que não se deve ter por verificado se o ato de liquidação for anulado por falta de notificação da liquidação dentro do prazo da caducidade. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Administrativo, de 16 de Setembro

I. A lei, para efeitos de considerar a situação tributária regularizada nas diversas alíneas a que correspondem requisitos taxativamente elencados, não se refere à reclamação do 276º do CPPT e à situação em que, nos termos do nº8 do artigo 278º do CPPT, o legislador previu, perante a subida imediata da reclamação ao TAF, a suspensão da execução até à decisão do pleito.

II. Com efeito, o disposto no artigo 278º, nº8 do CPPT tem por objetivo evitar que, na pendência da reclamação judicial e nas condições ali previstas, sejam praticados atos dirigidos à cobrança coerciva e até à decisão dessa causa, o que não corresponde a ter a dívida exequenda garantida.

III. Para efeitos de considerar a situação tributária regularizada, o legislador só prescinde da garantia no caso de dispensa da sua prestação, sabido que, nos termos da lei, a dispensa de garantia equivale à sua prestação.

IV. O estabelecimento dos requisitos para efeitos de atestar a regularização da situação tributária, persegue um claro objetivo de proteção das relações jurídicas, proteção esta que visa o próprio contribuinte que solicita a certidão (e que não deve ser prejudicado se, apesar de devedor ao Estado, tem a execução suspensa), os terceiros com quem ele se relaciona e o próprio interesse público.

V. Quando estão em causa dívidas respeitantes à recuperação de auxílios declarados ilegais pela Comissão Europeia, como aqui sucede, a suspensão da execução fiscal fica dependente da prestação de uma garantia que prive efetivamente a Executada beneficiária do valor correspondente ao auxílio declarado ilegal (incluindo juros), o que significa que o meio de a prestar tem de se traduzir num desapossamento desse valor. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 9 de Julho

I. A Relação quando conhece de facto em matéria sujeita às regras da livre apreciação da prova, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 662º do Código de Processo Civil, deve efetuar o seu próprio julgamento relativamente aos concretos factos impugnados, podendo socorrer-se de todos os meios de prova constantes do processo, devendo alterar a decisão proferida



sobre a matéria de facto, se os factos tidos como assentes, a prova produzida ou um documento superveniente impuserem decisão diversa, podendo, inclusive, se isso se revelar necessário para evitar contradições, alterar outros pontos de facto não impugnados.

II. No entanto, pressupondo a modificação da decisão de facto a existência de um erro de julgamento (error facti, por distorção da realidade factual ou errónea percepção das provas), estando os meios de prova sujeitos às regras da livre apreciação da prova, a Relação só deve alterar a matéria de facto quando, não estando em causa materialidade conclusiva e tendo os factos impugnados alguma utilidade de acordo com as várias soluções plausíveis da mesma questão de direito, os meios de prova convocados permitirem um juízo seguro que leve a um resultado diverso.

III. No âmbito da responsabilidade civil pré-contratual ou contratual do intermediário financeiro, no seguimento do decidido no AUJ n.º 8/2022, incumbe ao investidor, mesmo quando seja não qualificado, o ónus da prova da violação, pelo intermediário financeiro, dos deveres de informação legalmente impostos e do nexo de causalidade entre a violação do dever de informação e o dano ocorrido.

IV. Provada a violação dos deveres de informação, a prova do nexo de causalidade há de ser aferida casuisticamente, em função da falta ou inexactidão da informação necessária à decisão de investir (para o que releva, também, o perfil do investidor), de modo a sustentar a conclusão de que se tivessem sido prestadas todas as informações que deveriam ter sido prestadas o investidor teria tomado a decisão de não investir.

V. Num quadro fáctico em que uma investidora, que tinha depositada a quantia de 50 mil euros numa conta a prazo (que se estava a vencer e que pretendia renovar), mas que não tinha conhecimentos em investimentos financeiros (tendo estudado apenas até ao 6º ano de escolaridade e tendo a profissão de empregada doméstica), na data do vencimento da conta a prazo, contactada por uma funcionária da instituição bancária intermediária, que sabendo que aquela pretendia manter o dinheiro numa conta com idênticas características, sem risco de perda do capital e com alguma rentabilidade, garantindo-lhe que se tratava de um produto financeiro com as mesmas características e com as garantias de uma conta a prazo, acaba por subscrever obrigações SLN, em unidades de participação que perfazem o saldo da conta a prazo vencida, convencida da veracidade de tais informações, em consequência do que veio a perder o capital investido, verifica-se o nexo de causalidade adequada entre a violação do dever de informação e o dano ocorrido.

VI. Neste contexto, estando o intermediário financeiro, nas suas relações com o cliente, legalmente obrigado a zelar pelos interesses do cliente e devendo fazê-lo, com “elevados padrões de diligência”, “elevados padrões lealdade” e “elevados padrões transparência”, dando “prevalência aos interesses dos clientes”, como o faria “um gestor criterioso e ordenado”, a violação de tais deveres configura um comportamento culposamente grave, que afasta o prazo de prescrição previsto no artigo 324º/2 do CVM e sujeita o direito de crédito ao prazo de prescrição de 20 anos, previsto no artigo 309º do Código Civil. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 24 de Setembro

I. Em termos de fenómenos meteorológicos o conceito de tempestade faz apelo a uma conjugação/ocorrência simultânea de diversos fenómenos meteorológicos adversos, ainda que não todos necessariamente, como chuva, vento, granizo, neve, etc.

II. A ocorrência de uma tempestade, se é assinalada como tal pelo IPMA, se é aceite oficialmente pelo Governo para efeito de atribuição de apoios aos danos sofridos e se é amplamente divulgada prevenção pela ANEPC e pelos meios de comunicação social, pode ser considerada como facto notório (art.º 412º do CPC).

III. Vigora entre nós a doutrina da causalidade adequada, na formulação negativa, segundo a qual se considera que um facto só deixa de ser causa do dano se for inadequado à produção de tal resultado ou se este só tiver ocorrido por circunstâncias excecionais ou extraordinárias.

IV. Se para além das infiltrações provocadas pela tempestade Kirk, se prova a existência de infiltrações no edifício antes, e que tais infiltrações ocorrem sempre que chove com mais intensidade, é de afastar o nexo de causalidade.

V. Provando-se que 2 fachadas do edifício se encontravam com fissuras/rachadelas, o que diminuía a capacidade de impermeabilização e estanquicidade; que os caleiros da cobertura apresentavam sinais de corrosão em toda a sua extensão e não estavam dimensionados para o armazém (provocando a infiltração de água no interior a partir da platibanda, nunca tendo sido intervencionados ao longo dos 40 anos de idade do edifício, é de concluir pela verificação das exclusões de cobertura do contrato de seguro, atinente à falta de manutenção/conservação do estado do edifício. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 14 de Julho

I. Só os factos materiais são susceptíveis de prova e, como tal, podem considerar-se provados. As conclusões, envolvam elas juízos valorativos ou um juízo jurídico, devem decorrer dos factos provados, não podendo elas mesmas serem objecto de prova.

II. O regime previsto nos art.s 56º e 57º do CT, visa a conciliação entre a atividade profissional e a vida familiar, de modo a permitir ao trabalhador o cumprimento das suas responsabilidades familiares, mas, não lhe permite definir os concretos termos



em que pretende desenvolver a sua actividade esses ficam por conta do empregador, já que a determinação do horário de trabalho é uma manifestação do poder de direcção do empregador, com as limitações legais, conforme art.s 212º e 97º do mesmo código.

III. Aquele regime de horário de trabalho flexível a que, tem direito o trabalhador, com filho menor de 12 anos, cinge-se à escolha pelo trabalhador da hora de início e da hora do termo do período normal de trabalho diário, com alguma maleabilidade, de forma a proporcionar ao empregador o estabelecimento quer dos limites dentro dos quais o horário flexível pode ser executado, não estando, assim, abrangido por este regime o pedido um horário fixo solicitado pelo trabalhador.

IV. No caso, sendo o horário solicitado pela trabalhadora, compreendido entre as 8h30 e as 17h30, não se vislumbra, como possa o empregador dar cumprimento ao prescrito no nº 3 do referido art. 56º do CT de forma a fixar um horário flexível.

V. Aquele dispositivo não confere à trabalhadora o direito de balizar ou impor à empregadora as horas do início e do termo do período normal do trabalho que pretende, esta, lhe fixe no horário flexível. - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA

Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção), de 8 de Setembro

O Tribunal de Justiça (Grande Secção) declara:

I. Contribuem para demonstrar que o Supremo Tribunal de Justiça (Portugal), no seu Acórdão de 25 de fevereiro de 2009, violou de forma suficientemente caracterizada o artigo 1.º, n.º 1, da Diretiva 77/187/CEE do Conselho, de 14 de fevereiro de 1977, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas, estabelecimentos ou partes de estabelecimentos, primeiro, a circunstância de que esse acórdão enferma de uma combinação de erros de interpretação do direito da União, apreciados à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça cuja tomada em consideração por esse órgão jurisdicional podia razoavelmente ser esperada quando proferiu esse acórdão; segundo, a circunstância de que esse Acórdão de 25 de fevereiro de 2009 foi proferido em violação da obrigação de reenvio prejudicial que incumbia ao mesmo órgão jurisdicional por força do artigo 267.º, terceiro parágrafo, TFUE e, terceiro, a circunstância de que o Supremo Tribunal de Justiça não podia ignorar que a conformidade com o direito da União da abordagem metodológica adotada no referido acórdão constituía especificamente o objeto de um pedido de decisão prejudicial pendente no Tribunal de Justiça.

II. O artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva 77/187 e o artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva 2001/23/CE do Conselho, de 12 de março de 2001, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou de estabelecimentos, ou de partes de empresas ou de estabelecimentos, devem ser interpretados no sentido de que: se opõem a uma regulamentação nacional que prevê que o recebimento por um trabalhador da compensação legal devida na sequência de um despedimento coletivo equivale a uma aceitação por este do seu despedimento, pelo que perde a possibilidade de impugnar esse despedimento e de reclamar a manutenção dos seus direitos ao abrigo destas diretivas. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção), de 8 de Setembro

O Tribunal de Justiça (Grande Secção) declara:

I. O artigo 9.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) 2017/1001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, sobre a marca da União Europeia, e o artigo 10.º, n.º 2, alínea c), e n.º 6, da Diretiva (UE) 2015/2436 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, que aproxima as legislações dos Estados-Membros em matéria de marcas, lidos em conjugação com os artigos 11.º e 17.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, devem ser interpretados no sentido de que: quando um terceiro utiliza um sinal idêntico ou semelhante a uma marca de prestígio, a liberdade de expressão desse terceiro, incluindo a liberdade de exprimir opiniões políticas e a paródia política, pode constituir um motivo justo, na aceção destas disposições, desde que essa liberdade prevaleça, no âmbito da ponderação dos direitos em causa, sobre o direito exclusivo do titular dessa marca.

Nessa ponderação, cujo resultado não tem necessariamente de ser o mesmo na sequência da apreciação, por um lado, do artigo 10.º, n.º 2, alínea c), da Diretiva 2015/2436 ou do artigo 9.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento 2017/1001 e, por outro, do artigo 10.º, n.º 6, desta diretiva, o órgão jurisdicional nacional deve ter em conta todas as circunstâncias relevantes do caso concreto, entre as quais figuram, nomeadamente,

– a intenção do terceiro, devendo a utilização em causa ser motivada pelo objetivo desse terceiro de exercer de boa-fé a sua liberdade de expressão, o que acontece, nomeadamente, quando essa utilização ocorrer com o objetivo de transmitir uma ideia ou opinião que está relacionada com a marca de prestígio enquanto tal, o titular dessa marca, as suas práticas comerciais, os seus produtos ou os seus serviços ou quando a referida utilização for feita para iniciar ou alimentar um debate de interesse geral ou ainda quando o for por outros motivos, como o significado linguístico de um elemento da referida marca ou o facto de esta se ter tornado uma referência cultural pública ou uma parte da linguagem corrente, necessária para o exercício dessa liberdade num determinado contexto;

– a questão de saber se a expressão em causa contribui para um debate de interesse geral e se essa expressão se insere ou não num contexto estritamente comercial;

– as consequências que a utilização pelo terceiro de um sinal idêntico ou semelhante a uma marca de prestígio pode causar ao titular da marca de prestígio ou à própria substância do direito exclusivo conferido pelo registo dessa marca, tendo em conta, nomeadamente, a intensidade, a extensão e as modalidades dessa utilização, a intensidade do prestígio da referida marca, o grau de semelhança do sinal utilizado e da própria marca, e, sendo caso disso, o facto de a referida utilização poder dar a impressão de que esse titular adere à mensagem política transmitida ou às ideias políticas promovidas, ou inclusivamente as apoia de qualquer forma, quando os seus valores assentem na neutralidade em relação a qualquer partido político ou forem incompatíveis com essa mensagem política. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

INITIATIVES

VAT and circular economy - [DOC](#)

Simplifying EU rules on direct taxation – omnibus - [DOC](#)

Evaluation of the Employers Sanctions Directive - [DOC](#)

Data centres in Europe – minimum performance standards - [DOC](#)

Regulatory technical standards – conditions on buy-back programmes and stabilisation measures (amendment) - [DOC](#)

DECISIONS AND REGULATION

Regulation (EU) 2026/2108 of the European Parliament and of the Council of 16 September 2026 establishing the Union Customs Code and the European Union Customs Authority, and repealing Regulation (EU) No 952/2013 (Text with EEA relevance) - [DOC](#)

Regulation (EU) 2026/1744 of the European Parliament and of the Council of 8 July 2026 amending Regulations (EU) 2024/1689, (EU) 2018/1139 and (EU) 2023/1230 as regards the simplification of the implementation of harmonised rules on artificial intelligence (Digital Omnibus on AI) (Text with EEA relevance) - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/1563 of 3 July 2026 amending Delegated Regulation (EU) 2023/2772 as regards the simplification of certain sustainability reporting standards - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/1560 of 3 July 2026 supplementing Directive 2013/34/EU of the European Parliament and of the Council by establishing sustainability reporting standards for voluntary use by undertakings protected by the value chain cap - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/1221 of 4 June 2026 amending Regulation (EU) No 575/2013 of the European Parliament and of the Council as regards temporary targeted operational relief measures and targeted multipliers for the calculation of an institution's own funds requirements for market risk - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/1167 of 28 May 2026 supplementing Regulation (EU) No 575/2013 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying operational risk requirements - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/1119 of 26 May 2026 supplementing Regulation (EU) 2024/3005 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the information to be included in the application for authorisation as an ESG rating provider and in the application for recognition of an ESG rating provider - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/1061 of 7 May 2026 amending Delegated Regulation (EU) 2019/980 as regards the standardised format and sequence and the streamlined content, scrutiny and approval of the prospectus - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/1000 of 5 May 2026 supplementing Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council by specifying the method for the determination of fees charged by the European Banking Authority for the validation of the pro forma models referred to in Article 11(3), fourth subparagraph, of that Regulation, and specifying the modalities of the payment of those fees - [DOC](#)



Commission Delegated Regulation (EU) 2026/971 of 4 May 2026 supplementing Directive 2004/109/EC of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards on access to regulated information at Union level and repealing Commission Delegated Regulation (EU) 2016/1437 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/910 of 24 April 2026 supplementing Regulation (EU) 2024/3005 of the European Parliament and of the Council with regard to fees charged by the European Securities and Markets Authority to ESG rating providers - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/904 of 24 April 2026 supplementing Regulation (EU) 2024/3005 of the European Parliament and of the Council with regard to rules of procedure on fines and periodic penalty payments imposed to ESG rating providers by the European Securities and Markets Authority - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/872 of 21 April 2026 supplementing Regulation (EU) 2024/3005 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the measures and safeguards to be implemented by ESG rating providers to separate their ESG rating activities from their other activities - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/871 of 21 April 2026 supplementing Regulation (EU) 2024/3005 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the elements of ESG rating products to be disclosed to the public and to users of ESG ratings, rated items and issuers of rated items - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2026/825 of 14 April 2026 supplementing Directive 2014/65/EU of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the criteria to be taken into account in establishing and assessing the effectiveness of order execution policies of investment firms and repealing Commission Delegated Regulations (EU) 2017/575 and (EU) 2017/576 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2026/1872 of 29 July 2026 amending the implementing technical standards laid down in Implementing Regulation (EU) 2016/2070 as regards benchmark portfolios, reporting templates and reporting instructions to be applied in the Union for the reporting referred to in Article 78(2) of Directive 2013/36 /EU of the European Parliament and of the Council - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2026/1757 of 20 July 2026 laying down implementing technical standards for the application of Directive 2013/36/EU of the European Parliament and of the Council with regard to third country branches reporting - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2026/1922 of 22 July 2026 on the request for registration, pursuant to Regulation (EU) 2019/788 of the European Parliament and of the Council, of the European citizens' initiative entitled Save Europe Act (notified under document C(2026) 5115) - [DOC](#)

Corrigendum to Directive (EU) 2023/2225 of the European Parliament and of the Council of 18 October 2023 on credit agreements for consumers and repealing Directive 2008/48/EC (OJ L, 2023/2225, 30.10.2023) - [DOC](#)

Corrigendum to Commission Delegated Regulation (EU) 2026/773 of 4 March 2026 amending Delegated Regulation (EU) 2019/980 as regards the reduced content and the standardised format and sequence of the EU Follow-on prospectus and the EU Growth issuance prospectus - [DOC](#)

Decision (EU) 2026/2040 of the European Central Bank of 1 September 2026 nominating heads of work units to adopt delegated decisions on material changes to rating systems for calculating own funds requirements for credit risk (ECB/2026/24) - [DOC](#)

Decision (EU) 2026/2036 of the European Central Bank of 21 August 2026 on delegation of the power to adopt decisions on material changes to rating systems for calculating own funds requirements for credit risk (ECB/2026/19) - [DOC](#)

Decision (EU) 2026/2039 of the European Central Bank of 1 September 2026 nominating heads of work units to adopt joint decisions on the assessment of group recovery plans (ECB/2026/23) - [DOC](#)



Decision (EU) 2026/1942 of the European Central Bank of 30 July 2026 on the processing of personal data in the context of the prudential supervision of credit institutions (ECB/2026/18) - [DOC](#)

Banking Prudential: Draft Regulatory Technical Standards amending Commission Delegated Regulation (EU) No 241/2014 on the timing for the application for prior permission to reduce own funds and eligible liabilities instruments under Articles 78 and 78a of Regulation (EU) No 575/2013. No endorsement by the European Commission - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

State of the Union 2026 - [DOC](#)

European Innovation Act - [DOC](#)

Commission proposes new European Innovation Act - [DOC](#)

The affordable housing act - [DOC](#)

Scaleup Europe Fund to start making investments - [DOC](#)

Demographic transformation in the EU: challenges and opportunities - [DOC](#)

New rules for bringing innovations to the EU market could generate up to EUR 452 billion - [DOC](#)

The European Commission launches public consultation on VAT and the Circular Economy - [DOC](#)

ECA - EUROPEAN COURT OF AUDITORS

Review 01/2026: EU defence policy in the spotlight - [DOC](#)

Health check of EU finances comes at a crucial moment - [DOC](#)

Auditors probe the fault lines in Europe's critical infrastructure - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

WORKING PAPERS

Working Paper Series n.º 3289: Monetary policy transmission by securitising banks - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 3285: Bank competition and credit risk: the conditioning role of capital - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 3282: When firms do not take the money and run: evidence from corporate loan moratoria - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 3274: Banks' funding structures and pass-through in the euro area - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 3273: Can structural reforms unleash private investment? - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 3272: Monetary policy and the rigidity of firm employment expectations - [DOC](#)

Occasional Paper Series n.º 398: The use of the Eurosystem's monetary policy instruments and its monetary policy implementation framework in 2024 and 2025 - [DOC](#)



STATISTICS

Consolidated banking data for end-March 2026 - [DOC](#)

The euro area bank lending survey, July of 2026 - [DOC](#)

The euro area bank lending survey, 2^a quarter of 2026 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: July 2026 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: June 2026 - [DOC](#)

Euro area monthly balance of payments: July 2026 - [DOC](#)

Economic Bulletin Issue 6, 2026 - [DOC](#)

Economic Bulletin issue 5, 2026 - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS AND INTERVENTIONS

FAQs on the digital euro - [DOC](#)

“Fragmentation is a strategic vulnerability” - [DOC](#)

Banking regulators, supervisors and their watchers - [DOC](#)

The rise in defence spending and the euro area economy - [DOC](#)

Eurosysteem brings central bank money to tokenised finance - [DOC](#)

Digital euro app to incorporate highest accessibility standards - [DOC](#)

The ECB-BIG index: tracking credit conditions in the euro area - [DOC](#)

Cash remains most widely accepted payment method in euro area - [DOC](#)

ECB to start implementing enhanced repo facility for central banks - [DOC](#)

Europe’s venture capital gap and the financing of high-growth firms - [DOC](#)

From vision to delivery: building Europe’s tokenised financial market - [DOC](#)

ECB staff macroeconomic projections for the euro area, September 2026 - [DOC](#)

Reassessment of timeline for November 2026 TARGET Services releases - [DOC](#)

Why Europeans save differently — and how to put those savings to work - [DOC](#)

The cost of not knowing: how uncertainty weighs on the euro area economy - [DOC](#)

ECB to invest part of own funds in tokenised securities, with settlement via Pontes - [DOC](#)

Fewer Rules or Fewer Borders? What Our Banks Need to Finance Europe’s Future - [DOC](#)

The bank collateral channel of monetary policy: evidence from securities losses - [DOC](#)

ECB wage tracker at 2.7% in H1 2027, pointing to a modest uptick in negotiated wage growth - [DOC](#)

Panel remarks about the European economy during a discussion on the global economic outlook at the World Economic Forum - [DOC](#)

ECB to extend use of climate factors in Eurosysteem collateral framework to non-financial corporate credit claims - [DOC](#)



ESCB response to the European Commission's targeted consultation on the Markets in Crypto-Assets Regulation (MiCAR) - [DOC](#)

Scaling up European firms: the case for an EU company law regime to unlock cross-border investment, innovation and growth - [DOC](#)

Results of the June 2026 survey on credit terms and conditions in euro-denominated securities financing and OTC derivatives markets (SESFOD) - [DOC](#)

IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

Recommendations for Secondary Market Disclosure: Final Report - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

REPORTS

Trends, Risks and Vulnerabilities (TRV) Report, No. 2, 2026 - [DOC](#)

Final Report on amending RTS on uncleared OTC derivatives - [DOC](#)

SMSG own initiative report on the future of supervision for EU financial markets - [DOC](#)

Final Report on the Guidelines on supplements which introduce new securities to a base prospectus - [DOC](#)

Final Report on the update to the RTS concerning key financial information in the summary of a prospectus - [DOC](#)

CONSULTATIONS

EMIR Article 7d Reporting - [DOC](#)

Consultation paper on the reporting framework under EMIR for clearing activity at recognised third-country CCPs - [DOC](#)

Consultation Paper on the update to the Guidelines on disclosure requirements under the Prospectus Regulation - [DOC](#)

DECISIONS RECOMMENDATIONS AND OTHER DOCUMENTS

ESMA Guidelines - [DOC](#)

List of registered ESG providers - [DOC](#)

ESMA Strategy and Work Programme - [DOC](#)

ESCPR - Miscellaneous reporting to ESMA - [DOC](#)

DORA incident reporting - operational instructions - [DOC](#)

Overview of changes made to the Prospectus Q&As - [DOC](#)

ESMA's contribution to simplification and burden reduction - [DOC](#)

Notifications of Compliance with Guidelines – Overview Table - [DOC](#)



Net short position notification thresholds for sovereign issuers - [DOC](#)

ESMA sets new supervisory priority on digital innovation from 2027 - [DOC](#)

Summary of Conclusions MiCA Delegated Project Board - July 2026 - [DOC](#)

EU T+1 Coordination Committee Summary of conclusions - July 2026 - [DOC](#)

ESMA sets 2027 priorities for stronger, simpler and more integrated EU capital markets - [DOC](#)

Ongoing geopolitical and economic vulnerabilities masked by strong investor optimism - [DOC](#)

Joint Committee update on risks and vulnerabilities in the EU financial system – autumn 2026 - [DOC](#)

ESMA authorises EuroCTP as the Consolidated Tape Provider for shares and exchange-traded funds - [DOC](#)

ESMA identifies up to €1 billion in potential annual savings from simplifying EU transaction reporting - [DOC](#)

ESAs' statement toward a consistent and risk-based approach for ICT risks from frontier AI models - [DOC](#)

EBA, EIOPA and ESMA call for enhanced governance and consistent supervision to mitigate ICT risks from frontier AI models in the EU financial sector - [DOC](#)

European Commission's request for technical advice on the implementation of the amendments to the MiFID II, UCITS Directive, and AIFMD in the context of the Retail Investment Strategy - [DOC](#)

Contact points of national supervisory authorities for communication in the MiFID II framework on supervisory cooperation, authorisation, acquisitions and passporting - [DOC](#)

Public statement on transitional provisions under the BMR review - [DOC](#)

SMSG own initiative report on the future of supervision for EU financial markets - [DOC](#)

Statement on Significant benchmarks notified under Article 24(2) of the Benchmark Regulation - SIX Index AG - [DOC](#)

Opinion on the amendments to buy-back programmes and stabilisation measures - [DOC](#)

Letter to the IFRS on the management-defined performance measures - hypothetical income and expenses (IFRS 18) - [DOC](#)

ESMA Newsletter, n.º 70 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

Decision concerning the MiCA reporting platform - [DOC](#)

Efficient reporting: simpler, smarter, proportionate - [DOC](#)

Opinion on the European Parliament 2024 discharge report - [DOC](#)

Joint Committee updates on risks and vulnerabilities (Autumn 2026) - [DOC](#)

Final report on Guidelines on the sound management of third-party risk related to non-ICT services - [DOC](#)

The EBA responds to the European Parliament's observations made in the 2024 Discharge report - [DOC](#)

The EBA identifies priorities for the review of MiCA - [DOC](#)

The EBA consults on draft technical standards on institutions' operational risk management - [DOC](#)



Targeted EBA peer review finds high compliance on Pillar 3 disclosures but calls for greater consistency - [DOC](#)

EBA ESG risk dashboard shows stable climate risk exposures and continued improvements in data quality - [DOC](#)

The EBA consults on reporting framework for validation and monitoring of ISDA Standard Initial Margin Model - [DOC](#)

The EBA consults on revised technical standards for the reclassification of investment firms as credit institutions - [DOC](#)

The EBA consults on revised technical standards for joint decisions on institution-specific capital and liquidity requirements - [DOC](#)

The EBA publishes a no-action letter and technical considerations to support the implementation of the market risk framework for EU banks - [DOC](#)

The EBA-ECB-EIOPA “Data Point Model Alliance” consults on improvements to their data dictionary metamodel to better support statistical and supervisory reporting - [DOC](#)

EBA GL 2026 07 - Guidelines on product oversight and governance arrangements for retail banking products to take into account - [DOC](#)

The EBA publishes its final Guidelines on the management of third-party risk, delivering a more proportionate and consistent framework aligned with DORA - [DOC](#)

Consultation Paper on ITS on information exchange - [DOC](#)

Consultation Paper on ITS on depositor information - [DOC](#)

Consultation paper on Guidelines on investment of available financial means - [DOC](#)

Consultation on draft RTS on operational risk management framework (EBA/CP/2026/18) - [DOC](#)

Consultation on Regulatory Technical Standards on DGS payouts of client funds deposits - [DOC](#)

Consultation on Reporting for the purposes of the validation and monitoring of ISDA SIMM - [DOC](#)

Consultation on Regulatory Technical Standards on prudential requirements for investment firms - [DOC](#)

Letter from EC on EBA submission of RTS amending Commission Delegated Regulation (EU) No 241/2014 - [DOC](#)

EBA letter to EC on Non-adoption of EBA’s Draft Regulatory Technical Standards amending Commission Delegated Regulation (EU) No 241/2014 - [DOC](#)

No Action Letter on the boundary boundary between trading book and banking book, and on the internal risk transfer between books - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

Decision by the Board of Appeal on D v EBA - [DOC](#)

ESAs' statement toward a consistent and risk-based approach for ICT risks from frontier AI models - [DOC](#)

ESAs amending Regulatory Technical Standards on initial margin requirements applicable to contracts of counterparties - [DOC](#)



EIOPA - EUROPEAN INSURANCE AND OCCUPATIONAL PENSIONS AUTHORITY

Unlocking insurers' contribution to Europe's economy - [DOC](#)

From patchwork to progress: the future of EU pension systems - [DOC](#)

AI, digital platforms and the future of insurance distribution - [DOC](#)

Scaling AI in finance: systemic risks, resilience and European sovereignty - [DOC](#)

Reviving securitisation requires more than lower capital charges - [DOC](#)

Beyond single-risk thinking: polycrisis consideration for the insurance sector - [DOC](#)

What is funding beyond banks good for? "Absolutely nothing" is not the right answer - [DOC](#)

EIOPA insurance risk dashboard shows broadly stable risk environment even as cyber and geopolitical risk intensify - [DOC](#)

EIOPA's risk dashboard for occupational pension funds highlights persistent market risks amid geopolitically complex environment - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Commercial real estate debt financing in Europe: evidence from a network analysis - [DOC](#)

Is post-trade fragmentation in equities a barrier to the savings and investments union? - [DOC](#)

Liquidity stress testing for the EU financial system - Tool inventory and desktop illustrations - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 61/2026 – Projeto de Portaria que regulamenta a legalização de documentos através da aposição de apostilas pelos notários - [DOC](#)

Parecer n.º 52/2026 – Proposta de Lei que transpõe a Diretiva (UE) 2023/970 para reforçar a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre homens e mulheres - [DOC](#)

Parecer n.º 48/2026 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais - [DOC](#)

EURONEXT

Confirmation of the go-live of Euronext's new settlement model - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Procedimento dos Défices Excessivos - 2026 - [DOC](#)

Taxa de variação homóloga do IPC aumentou para 3,3% - Agosto - [DOC](#)

Exportações e importações aumentaram - Junho - [DOC](#)

O Índice de Custo do Trabalho aumentou 5,4% - 2.º Trimestre - [DOC](#)

O saldo da economia fixou-se em 2,3 pontos percentuais do PIB - 2.º Trimestre - [DOC](#)

Em termos reais, a remuneração bruta mensal média por trabalhador aumentou 1,8% - 2.º Trimestre - [DOC](#)

Produto Interno Bruto cresceu 2,5% em termos homólogos e 0,8% em cadeia - 2.º Trimestre - [DOC](#)

Produto Interno Bruto em volume registou um crescimento homólogo de 2,5% e uma taxa de variação em cadeia de 0,8% - 2.º Trimestre - [DOC](#)

A riqueza das famílias em 2024 - Agosto 2026 - [DOC](#)

Península Ibérica em Números - 2025 - [DOC](#)

Anuário Estatístico de Portugal já disponível - 2025 - [DOC](#)

Em 2025 o Produto Interno Bruto ascendeu a 308,5 mil milhões de euros - 2024 / 2025 - [DOC](#)

Revista Eletrónica do INE - Julho de 2026 - [DOC](#)

BCG - THE BOSTON CONSULTING GROUP

The Formula for Winning Enterprise AI Adoption in 2026 - [DOC](#)



BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Verifiable official statistics: a blockchain-based approach - [DOC](#)

Pushing the monetary frontier: stablecoins and tokenised deposits - [DOC](#)

Supervising banks in an AI-shaped economy - [DOC](#)

Supervisory screening with large language models: finding divergences - [DOC](#)

Simple, resilient and proportional: revisiting regulation for small banks - [DOC](#)

DELOITTE

Critical minerals fiscal policy - [DOC](#)

European CFO Survey Spring 2026 - [DOC](#)

IFRS quarterly update: Key IFRS developments in Q2 2026 | Deloitte Luxembourg - [DOC](#)

EDPB - EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD

EDPB Letter to the European Commission on US Supreme Court judgment Trump v. Slaughter - [DOC](#)

Stakeholder event on guidelines on the interplay between data protection and competition law: overview of topics available - [DOC](#)

EFAMA - EUROPEAN FUND AND ASSET MANAGEMENT ASSOCIATION

European investment funds see strong growth in Q2 2026 - [DOC](#)

MISP debate on EU Equity Market Structure: focusing on what matters - [DOC](#)

ERNST & YOUNG

Private Equity Pulse: key takeaways from Q2 2026 - [DOC](#)

Private markets strategy for today's key pressures - [DOC](#)

Forces shaping Europe's next wave of global investment - [DOC](#)

EY releases the Overview of China outbound investment of H1 2026 - [DOC](#)

EUROBAROMETER

Plenary Insights – Outubro 2026 - [DOC](#)

Plenary Insights – Setembro 2026 - [DOC](#)



EUROPEAN ISSUERS

European Issuers' Position Paper on the European Commission's Communication on the Competitiveness of the Banking Sector and the Single Market in Banking - [DOC](#)

EUROSTAT

Euro area unemployment at 6.4% - [DOC](#)

Inflation in the euro area - [DOC](#)

Euro area annual inflation up to 3.3% - [DOC](#)

Annual inflation up to 3.2% in the euro area - [DOC](#)

European Statistical Monitor: August edition - [DOC](#)

EU total market production slightly down in June 2026 - [DOC](#)

EU imports of goods outpace exports in Q2 2026 - [DOC](#)

Top trade in goods partners in Q2 2026: US and China - [DOC](#)

Business registrations down, bankruptcies up in Q2 2026 - [DOC](#)

Annual inflation up to 2.9% in the euro area - [DOC](#)

Expenditure on pensions as percentage of GDP - [DOC](#)

GDP up by 0.4% in the euro area and by 0.5% in the EU - [DOC](#)

GDP up by 0.6% and employment up by 0.1% in the euro area - [DOC](#)

EU industrial production rebounds in 2025 - [DOC](#)

FSB - FINANCIAL STABILITY BOARD

FSB Chair's letter to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors: August 2026 - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

How Europe Can Capture the AI Growth Dividend - [DOC](#)

IMF Managing Director Kristalina Georgieva's Statement at the Conclusion of the G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting in Asheville, North Carolina - [DOC](#)

KPMG

Transforming the Enterprise - [DOC](#)

Global VC investment reaches US\$560.4 billion at mid-year - [DOC](#)

New KPMG AI Pulse Survey: As AI maturity converges, leading organizations show what AI at scale requires - [DOC](#)



MCKINSEY

The 2026 Global Payments Report - [DOC](#)

Healthy living: A \$16.4 trillion opportunity - [DOC](#)

Catalyzing competitiveness: Global investment trends - [DOC](#)

The global balance sheet 2026: Imbalance and divergence - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Corporate Tax Statistics 2026 - [DOC](#)

International trade statistics: trends in second quarter 2026 - [DOC](#)

Seeing the capital behind trade - [DOC](#)

Do capital markets matter for growth? - [DOC](#)

OECD Guidelines for Corporate Bond Issuers - [DOC](#)

Participation in GVCs through capital goods and services - [DOC](#)

Global growth holds up despite successive shocks, but risks persist - [DOC](#)

Declining and diverging investment responsiveness to firm productivity - [DOC](#)

Governments reforming tax systems to boost growth but revenue pressures continue to mount - [DOC](#)

Productivity growth in a challenging global environment: OECD Compendium of Productivity Indicators 2026 - [DOC](#)

PWC

PwC's CEO Survey Snapshot August 2026 - [DOC](#)

Global M&A industry trends: 2026 mid-year outlook - [DOC](#)

US Capital Markets Watch Q2 2026: IPO momentum broadens as market enters its strongest stretch in years - [DOC](#)

Private equity: US Deals 2026 midyear outlook. A tale of two markets: PE's bifurcation accelerates - [DOC](#)

Modernizing what exists and building what the digital economy demands. The US needs an estimated \$33T infrastructure super-cycle - [DOC](#)

AI adoption across automotive value chain to surge as sector grapples with rising competition: PwC - [DOC](#)

UNITED NATIONS

World Investment Report 2026: International investment in a turbulent era - [DOC](#)

Global Trade Update (September 2026): Services are reshaping global trade, but least developed countries lag in digital exports - [DOC](#)



WEF - THE WORLD ECONOMIC FORUM

Risk Management, Reimagined: Outlook to 2035 - [DOC](#)

Leaders for European Growth and Competitiveness First Edition - [DOC](#)

Mediterranean Foresight: Shaping Europe's Future Value Chains - [DOC](#)

Intelligent Industrial Ecosystems: Turning Proximity into Intelligence - [DOC](#)

Data Centre Sustainability and Resilience: A Decision Playbook for AI Infrastructure - [DOC](#)

Chief Economists Expect Global Economy to Stabilize, but Fiscal Constraints, Rising Living Costs and AI Investment Uncertainty Threaten Growth - [DOC](#)

WORLD BANK

Commodity Markets - [DOC](#)



OTHER INSIGHTS

BAIN - Technology Report 2026 - Technology Industry Trends - [DOC](#)

CFP - Transparência Orçamental: abordagens contemporâneas de orçamentação - [DOC](#)

CIFS - Megatrends: The foundations of long-term change - [DOC](#)

DRAGHI OBSERVATORY - Draghi Implementation Index - [DOC](#)

IFRS - IFRS Foundation Trustees announce five-year plan including new seat of the ISSB in Geneva - [DOC](#)

INSTITUT MONTAIGNE - Implementing the Draghi Report: The Moment of Truth - [DOC](#)

INTERNATIONAL IDEA - The Global State of Democracy 2026: Democracy in an Age of Conflict - [DOC](#)

JOHNS HOPKINS CENTER FOR HEALTH SECURITY - COVID-19 Map - [DOC](#)

OLIVER WYMAN - 3 finance levers can help revive European economic growth - [DOC](#)

OLIVER WYMAN - How CaixaBank is using AI to transform the future of banking - [DOC](#)

SIFMA - Capital Markets Fact Book - [DOC](#)

SUSTAINABLE FITCH - Nuclear Energy and Sustainable Finance - [DOC](#)

WTO - World Trade Report: Trade reform to boost growth; inaction can cost 10% global GDP - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)

[Read](#)

[Watch](#)

[Link](#)

[Like](#)

[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Outubro 2026

AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

Amoreiras Square
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, n.º 17, 3º A
1070-313 Lisboa

Telefone: +351 938 254 749
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.